

**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA COMISSÃO II DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.953.939/0001-73, com sede na Rua Desterro nº56 quadra 123, Primavera, Rosana/SP –CEP: 19.274-000, neste ato representada por seu sócio administrador **Kisley Loureiro de Araujo**, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº2001001044138-A, inscrita no CPF sob o nº 052.496.264-24, domiciliado profissionalmente no endereço acima informado, interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 0047/2021**, cujo objeto trata de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, ACOMPANHANTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos:

**DOS FATOS**

O Pregão Eletrônico nº 00047/2021, para registro de preços para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, ACOMPANHANTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ.

O certame teve seu aviso disponibilizado no sítio de internet do Município no dia 23 de junho de 2021 conforme se observa no link <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=362>, com data designada para o dia 30 de junho de 2016 e horário de abertura para às 10:00 horas.

especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

Data: 30/06/2021 Horário: 10h00  
Estimativa: R\$ 9.148.063,55 Processo nº 16.957/2020

Local de retirada do edital [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao](http://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao)  
Telefone para contato: (22) 2522-0661 / 2522-0669 – Ramal 259 ou (22) 2523-1113  
e-mail: [pregaoeletronico.friburgo@gmail.com](mailto:pregaoeletronico.friburgo@gmail.com)

Jonathan P. Chaves  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matr. 206.870

### Documentos

Edital Esclarecimentos / Impugnações

Nome	Publicado em	Atualizado em	Checksum
EDITAL - P.E. 047/2021 - CONTRATAÇÃO ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO HMRS	23/06/2021 19:31	23/06/2021 19:31	4473af633fb6f4252209ac547550c130d3e23d86

### Pregão Eletrônico 0047/2021

Status: Aberta	Abertura em: 30/06/2021 às 10:00h
Número/Ano: 0047/2021	Número do processo: 16.957/2020

**Objeto:**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)  
AMPLA CONCORRÊNCIA

UASG: 985867  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

O Município de Nova Friburgo, através de sua Comissão de Pregão II, torna público que realizará licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL para Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, ACOMPANHANTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

Data: 30/06/2021 Horário: 10h00  
Estimativa: R\$ 9.148.063,55 Processo nº 16.957/2020

Trata-se de publicação de valores vultuosos, que pela estimativa apresentada pela Prefeitura alcança o valor de R\$ 9.148.063,55 (nove milhões, cento e quarenta e oito mil e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

## DAS IRREGULARIDADES

Diz a Lei de Pregão (Lei 10.520/2002) em seu artigo 4º que:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;*

*V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;*

Assim, conforme o dispositivo legal, é obrigatório o cumprimento do seguinte regramento, publicação no diário oficial ou jornal de circulação local e conforme o vulto em jornal de grande circulação.

Ocorre que o referido ente municipal, não vem promovendo a publicação em diário oficial tampouco em jornal de circulação local, fazendo suas publicações apenas por meio eletrônico e por jornal de grande circulação, ferindo deste modo diversos princípios basilares aos certames licitatórios, a começar pelo princípio da legalidade, eis que tal procedimento fere de morte a Lei.

Em verdade, se analisarmos o art. 37 da Constituição da República c/c o art. 3º da Lei 8.666/93, pela prática adotada pelo Município, faltarão páginas para descrevermos todos os princípios que foram desprezados pela forma de publicação adotada, entre eles, legalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade...

Só o fato narrado acima, já é mais do que suficiente para que o Município suste o presente processo licitatório, mas descontente com tal prática, ainda foi além. Conforme se observa no print apresentado na página do Município, e pode ser visto no link ofertado, a publicação, pelo menos no meio eletrônico, se deu no dia 23 de junho de 2021, às 19:31 e o certame foi designado para o dia 30 de junho de 2021.

Causa estranheza, inicialmente o horário da publicação (19:31h), feita após o expediente do referido Ente Municipal, que se encerra às 18:00 horas, assim, não se respeitando o horário de expediente, é necessário perguntar, qual o primeiro dia para contagem do prazo disposto em Lei. Mas não é o pior, rasgando toda a letra da Lei, a publicação se deu apenas a cinco dias úteis antes da abertura do Pregão Eletrônico, quando a Lei 10.520/2002, em seu **Art. 4º, V** é clara em prever um prazo mínimo de **08 (oito) dias úteis**.

Acreditamos firmemente na lisura dos componentes da Comissão de Pregão, provavelmente por pressões ou demora na fase interna da licitação, os profissionais acabaram se engando e de maneira açodada esqueceram de contar o prazo como se deveria, mas a realidade é que o presente certame não pode prosseguir com vícios tão escandalosos, a Administração no seu dever de autotutela precisa rever o ato e designar nova data, com as publicações sendo feitas de maneira legal e atendendo aos diversos princípios determinados em Lei. E não venham alegar que o presente processo atende aos requisitos da Lei 13.979/20, eis que não se trata de serviço **destinado ao enfrentamento da crise do coronavírus**.

**Também a Lei de Acesso a Informações (Lei 12.527/2011), obriga que os editais e seus avisos sejam publicados em sítio da internet, vejamos:**

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

Ora, tal obrigação, imposta pela citada Lei, também deve seguir os parâmetros exigidos pela Lei 10.520/2002 e serem disponibilizados em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis e como fica claramente perceptível, tal condição não foi observada no presente certame, eis que a data de publicação é de 23 de junho de 2021, como visto acima.

Repisa-se neste momento a necessidade do Município rever seus atos, eis que diversos diplomas legais estão sendo inobservados, como dito alhures, não cremos que tais atos sejam por falta de lisura dessa competente Comissão de Pregão, mas a manutenção dos mesmos, caso assim se decida, poderá ensejar sanções e imputação de má-fé, embora estejamos certos que o Edital em comento, será republicado e corrigido nas suas falhas.

#### **DA INADEQUAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS PARA O SERVIÇO CONTÍNUO QUE SE PRETENDE CONTRATAR**

Serviços continuados, segundo a Instrução Normativa SEGES nº 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atual Ministério da Economia), são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.



**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

Embora o TCU autorize a utilização do Registro de Preços para serviço de natureza continuada, aquela Corte elaborou parâmetros para sua utilização:

*“Após exame detalhado da questão, com as devidas vênias do Parquet e da secretária em exercício da Serur, alinho-me ao exame empreendido pela auditora da unidade técnica, pelos motivos que passo a expor.*

*Preliminarmente, registro que é pacífico no âmbito desta Corte e do Judiciário que o sistema de registro de preços, antes restrito a compras, pode ser utilizado na contratação de prestação de serviços, notadamente em face das modificações normativas introduzidas pela Lei nº 10.520/2002.*

*Um dos impedimentos apontados pelas instâncias precedentes para utilização do SRP para contratação de serviços contínuos é a possibilidade de mensuração, no caso concreto, dos quantitativos a serem contratados. Isso resultaria em não enquadramento da situação de fato à condição estabelecida no inciso IV do decreto normatizador do sistema.*

*Para melhor compreensão do assunto, transcrevo o artigo 2º do Decreto 3.931/2001, que regula o SRP na esfera federal:*

**Art. 2º** Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

**I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**

**II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;**

**III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e**

**IV – quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.**

*Uma das hipóteses delimitadas no citado dispositivo aduz que o SRP deve ser preferencialmente adotado nos casos em que o montante a ser contratado não puder ser definido antecipadamente.*





**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

*É fato que os serviços de natureza continuada devem ser objeto de programação tal que permita a definição prévia dos quantitativos a serem contratados e, portanto, em regra não se enquadram na exigência disposta no inciso IV transcrito acima. Entretanto, não vejo óbices para que eventuais contratações atendam a um dos demais incisos do referido dispositivo, pois a subsunção da situação de fato a apenas uma dessas condições pode tornar regular a utilização do sistema de registro de preços.*

*A proibição apenas em razão de não haver incerteza nos quantitativos a serem contratados resultaria em interpretação tal que condicionaria a adoção do registro de preços aos casos de preenchimento cumulativo de todas as hipóteses elencadas no artigo 2º do Decreto, o que considero limitar o SRP excessivamente e extrapolar os limites legalmente estabelecidos.*

*Vislumbro a importância da utilização do SRP nos casos enquadrados no inciso III, por exemplo, onde, a partir de uma cooperação mútua entre órgãos/entidades diferentes, incluindo aí um planejamento consistente de suas necessidades, a formação de uma ata de registro de preços poderia resultar em benefícios importantes. Também nos casos de contratação de serviços frequentemente demandados, **MAS QUE NÃO SEJAM NECESSÁRIOS ININTERRUPTAMENTE**, a ata poderia ser uma solução eficaz e que se coaduna com a eficiência e a economicidade almejadas na aplicação de recursos públicos (grifei) (Acórdão nº 1.737/2012 – Plenário, Processo nº 016.762/2009-6, Rel. Min. Ana Arraes).*

Entre os parâmetros, o cerne da inadequação para o presente certame, ocorre exatamente na afirmação “**MAS QUE NÃO SEJAM UTILIZADOS ININTERRUPTAMENTE**”. Ora, trata-se de serviço de alimentação de pacientes, serviço este que não pode ser interrompido sob quaisquer hipóteses. Como imaginar um nosocômio funcionando sem a adequada alimentação, podemos afirmar que, em muitos casos, a alimentação hospitalar parte é do tratamento disponibilizado aos internos, seria o caos interromper um serviço dessa importância.

Não há aqui espaço para se afirmar que é uma questão de impossibilidade prévia do quantitativo a ser demandado, esta impossibilidade, **citada no julgado, traduz-se na impossibilidade de previsão do número de demandas ao fornecedor registrado durante o prazo de validade da ata de registro de preços e não na indefinição do quantitativo total do objeto.** A totalidade do serviço deve ser previamente definida no planejamento da licitação, em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 8.666/1993, *verbis*: “**A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.**” Ou seja, tal quantitativo, deve ser mensurado com base as contratações realizadas em exercícios anteriores e o disposto no art. 8º da Lei nº 8.666/1993.



**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

De acordo com a Corte de Contas Federal, serviços frequentemente demandados, ou seja, de natureza contínua, e **necessários ininterruptamente não se coadunam com a utilização do sistema de registro de preços.**

Portanto, há serviços contínuos cuja contratação efetiva-se de forma imediata (a partir da celebração do termo de contrato), com quantitativos certos e determinados (apurados na fase de planejamento da licitação, com base em exercícios anteriores), não havendo parcelamento das entregas (há unidade na execução), frequentemente demandados (rotina na prestação) e necessários **ininterruptamente**, características essas **que não se coadunam com a utilização do sistema de registro de preços** que foi criado para atender a diversas necessidades da administração no intuito de simplificar os procedimentos para a aquisição de serviços frequentes e diminuir o tempo necessário para a efetivação dessas aquisições.

O disposto no art. 3º, IV, do Decreto 7.892/2013 traduz a impossibilidade de previsão do número de demandas ao fornecedor registrado durante o prazo de validade da ata de registro de preços, e não na indefinição da quantidade total do objeto. A totalidade deve estar devidamente demonstrada no processo licitatório, ou seja, deve ser previamente definida no planejamento da licitação. As demandas, quando efetuadas no prazo de validade da ata, estarão limitadas a essa totalidade, previamente fixada no edital da licitação.

O Tribunal de Contas da União assentou, ainda, o entendimento de que esse dispositivo do Decreto Federal não se aplica a serviços contínuos, porque, nesses objetos, os quantitativos dos serviços devem ser mensurados com antecedência. Assim:

*Nos termos do art. 2º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, o sistema de registro de preços é “conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras”. A utilização da ata tem por objetivo permitir sucessivas contratações independentes, a serem formalizadas ao longo do ano com base em quantitativos definidos de acordo com a necessidade da administração.*

25. **Para utilização do sistema de registro de preços no caso de serviços contínuos, os quantitativos dos serviços devem ser mensurados com antecedência. Isso impede o enquadramento de casos dessa natureza à hipótese prevista no inciso IV do art. 3º do Decreto 7.892/2013 (acórdão 1.737/2012 – Plenário). (grifei) (Acórdão nº 1.391/2014 – Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, Processo nº 002.627/2014-0).**





**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

“O sistema de registro de preços foi criado para atender a diversas necessidades da administração no intuito de simplificar os procedimentos para a aquisição de serviços frequentes e diminuir o tempo necessário para a efetivação dessas aquisições, por isso que sua utilização não se harmoniza com as contratações de serviços contínuos cuja necessidade é imediata, os quantitativos são certos e determinados e **a prestação não pode ser interrompida**, sob pena de resultarem comprometidos os objetivos institucionais do órgão ou entidade.” (*Marinês Restelatto Dotti*, Advogada da União).

### **DOS PEDIDOS**

Assim em face aos incontornáveis erros apresentados no Edital em comento, vem requerer o impugnante:

1. A imediata sustação do certame;
2. Seja regularizado o sistema de publicação do Município de Nova Friburgo, para que de acordo com a Lei 10.520/02, sejam realizadas as publicações de acordo com o que determina o art. 4º da Lei 10.520/02, em especial respeitando os incisos, I e V;
3. Seja respeitada a Lei 12.527/11, em consonância com a Lei 8.666/93 e 10.520/02, no sentido de se respeitar os prazos para sua publicação em sítio da internet.
4. Seja adequada a forma de contratação, vez que como demonstrado tanto pela jurisprudência como pela doutrina, o formato não se coaduna a serviços de natureza contínua ininterrupta, tal como o de alimentação hospitalar.

O Impugnante se reserva ao direito de, verificadas outras falhas no Edital, trazê-las posteriormente, independentemente do resultado alcançado na presente Impugnação.



**EAGLE BUSINESS**

PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI  
CNPJ: 17.953.939/0001-73

Reserva-se, ainda, ao direito insculpido no art. 113 §1º da Lei 8.666/93, que rege a Representação aos Tribunais de Conta, por licitantes ou interessados.

Na certeza do acolhimento de nossas razões, em razão dos fatos e fundamentos apresentados, requer acolhida a presente impugnação.

Termos em que, pede deferimento.

Nova Friburgo, 25 de junho de 2021.

---

EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI – EPP  
CNPJ: 17.953.939/0001 – 73 – EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA  
KISLEY LOUREIRO DE ARAÚJO - RG 2001001044138 / CPF 052.496.264-24